

ATA DE SESSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PROCESSO: Nº 053/2017

OBJETO: Atribuição de áreas vagas no Entrepósito de Bauru, conforme descrição constante no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

DATA DA SESSÃO: 25/06/2019.

HORÁRIO: 14h00.

Às 14h00 do dia 25/06/2019, na sede social da CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, realizou-se a sessão pública para continuidade do Procedimento Licitatório em referência. Presentes o Presidente da Comissão Julgadora – **Sr. RICARDO YUTAKA YAMADA**, membros – **RICARDO MORAIS DE CASTILHO**, **MARIA VALDIRENE R. DA SILVA CARLOS**, e a representante da área técnica **DEPARTAMENTO DE ENTREPOSTOS DO INTERIOR**, **Sra. CLARICE ISOLINO DE SOUZA MIKI**. Sem a participação dos licitantes.

Iniciados os trabalhos, a Comissão passou a analisar a documentação habilitatória da licitante Débora Borsoli:

1. Com relação ao item 5.2.1., 5.2.2. e 5.2.3. do Edital, a Comissão consultou o Departamento de Recursos Humanos da companhia, através de CI juntada aos autos do processo, e o mesmo informou à Comissão que não há óbice quanto a esse impedimento;
2. Com relação ao item 5.2.6. do Edital, a Comissão consultou o Departamento Financeiro e Contábil da Companhia, através de CI juntada aos autos do processo, se o licitante possui débito com a CEAGESP, desde que não sejam objeto de Acordo de Parcelamento e Pagamento, e que os pagamentos objeto destes Acordos, estejam em dia, e o mesmo informou à Comissão que **não há óbice quanto a esse impedimento**;
3. Em atendimento ao item 8.4. do edital, foram consultadas, pela Comissão Julgadora, nos seguintes sites oficiais, a existência de registros impeditivos de contratação, **não sendo encontrada qualquer irregularidade** das licitantes:
 - 3.1) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 3.2) no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 3.3) na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; e
 - 3.4) no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep).
4. Realizada a análise da documentação de habilitação apresentada, em conformidade ao exigido no item 10. do edital, constatou-se que: a licitante não apresentou certidão negativa de ações cíveis emitida pelo TJSP e, consultado o sítio oficial foi constatado que havia a referida certidão, que foi impressa e será autuada nos autos; desse modo, a comissão decidiu habilitá-la.

Ato contínuo, procedeu-se a classificação final da proposta apresentada, na seguinte conformidade: Licitante **classificada e habilitada**, vez que todos os documentos atenderam às exigências do Edital:

LICITANTES	PAVILHÃO	TIPO	LOCAL	PROPOSTA COMERCIAL R\$/m²	CLASSIFICAÇÃO
DEBORA BORSOLI	MSV	Módulo	26	R\$ 13,50	1º

Decorrido o prazo para recurso, os autos do processo administrativo serão encaminhados à Autoridade Competente para homologação e adjudicação do certame.

Os autos do processo estão com vista franqueada aos interessados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Publique-se. São Paulo, 25 de maio de 2019.

São Paulo, 25 de junho de 2019.

RICARDO YUTAKA YAMADA
Presidente

RICARDO MORAIS DE CASTILHO
Membro

**MARIA VALDIRENE R. DA SILVA
CARLOS**
Membro

Representante da área técnica:
CLARICE ISOLINO DE SOUZA MIKI
DEINT- DEPTO. DE ENTREPOSTOS DO INTERIOR
